

Brasil: mito fundador e sociedade autoritária (resenha)

Resenha de: CHAÚÍ, Marilena. *Brasil*. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

A professora, autora e pesquisadora Marilena Chauí é conhecida 'antiga' da cena de reflexão filosófica no Brasil, atuando na Universidade de São Paulo. Também a cena e a história política brasileira tiveram a sua colaboração, através de sua participação na fundação do Partido dos Trabalhadores e na função de secretária de cultura da cidade de São Paulo, no governo Luiza Erundina. O livro publicado pela editora da Fundação Perseu Abramo evidencia já por si a perspectiva com a qual a autora vai debater a intrincada questão da 'fundação' do Brasil e o seu desenvolvimento como uma sociedade autoritária. Cabe lembrar que a Fundação Perseu Abramo é ligada ao Partido dos Trabalhadores. Tal indicação, contudo, somente ressalta a trajetória da autora, haja vista que ela tem 'cacife' intelectual suficiente para debater a questão proposta de forma profunda e séria, independente de qualquer 'rótulo'.

O livro está dividido em seis capítulos, acrescidos de notas e referências e uma bibliografia selecionada. A leitura, embora de teor profundo, é agradável, uma vez que a autora 'maneira' com maestria a versão brasileira da língua lusitana.

O objetivo principal da autora, neste livro, é discutir o 'mito fundador' do Brasil, uma representação simbólico-ideológica que consegue fazer com que haja de parte de brasileiros um sentimento de pertença, de enaltação das riquezas naturais, de identificação pela língua nesta mistura multicolor, embora as condições sociais nem sempre indiquem tal pertença, inclusão e participação cidadã. O livro foi concebido como um contraponto crítico à celebração dos "500 anos", no ano 2000.

No primeiro capítulo, *Com fé e orgulho* (p.5-10), a autora descreve diversas expressões presentes no imaginário popular brasileiro a respeito do país Brasil, suas qualidades, riquezas, potencialidades, etc. A idéia de que somos um "dom de Deus e da Natureza", "em se plantando tudo dá", "um povo pacífico e ordeiro", etc. são algumas dessas crenças disseminadas no pensamento comum brasileiro. A autora afirma que tais expressões no cotidiano mostram a "forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos" (p.7). Trata-se de uma crença generalizada que tem uma grande força de persuasão no sentido de resolver "imaginariamente uma tensão social" e produzir uma "contradição que passa despercebida" (p.8). Exemplo disso poderia ser o *apartheid* social encoberto pela crença de se viver num país que não tem discriminação de raça.

Como conceito teórico para trabalhar essa questão, a autora usa o termo *mito fundador*, numa clara fusão de três perspectivas: sentido etimológico, antropológico e psicanalítico. Sua definição para mito é: "solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade" (p.9). O uso do conceito é extremamente interessante para a abordagem da questão, embora, desde um ponto de vista da fenomenologia e da própria antropologia a afirmação de mito ser "solução imaginária" poderia ser discutida, uma vez que, neste campo, superado o evolucionismo e a abordagem racionalista, mito é sobretudo uma narrativa que quer introduzir no modo de pensar das pessoas da comunidade participativa idéias para conduzir a sua práxis social. Mitos não são somente solução imaginária, mas narrativas que querem *levar a fazer e instaurar valores e comportamentos*. Na fusão de perspectivas proposta pela autora, a definição de mito fundador é "aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo" (p.9). As formulações mais contundentes sobre o mito fundador encontram-se na p.10, onde a autora afirma que "o mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (...) como da ampliação de seu sentido (...). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente" (p.10).

No capítulo seguinte, a autora discute a questão da *nação como semióforo* (p.11-29). O conceito *semióforo* não é de uso cotidiano, apesar de seu significado ser imediatamente dedutível dos termos gregos originários. O significado do conceito é expresso pela autora da seguinte forma: "um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica" (p.12). Neste sentido, um semióforo permite celebrar

“algo comum a todos e que conserva e assegura os sentimento de comunhão e unidade” (p.12). Na sequência, a autora faz uma rápida digressão sobre a impossibilidade de produção de semióforos na sociedade capitalista justamente por sua tendência inata de reduzir tudo à mercantilidade. Um semióforo necessita resguardar singularidade e, assim, a despeito da mercantilização das relações, na sociedade um semióforo é possível por trazer consigo também a idéia de poder e prestígio. Indica também que, em tempos antigos, chefias religiosas ou igrejas eram detentoras iniciais de semióforos. Em contraposição a isso, também o poder econômico busca deter tais prerrogativas, mas a grandeza que, na sociedade moderna, ocupa o papel de semióforo principal é o poder político, pois “os semióforos religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são propriedade privada, mas o patrimônio histórico-geográfico e artístico é nacional” (p.14). Neste sentido, o semióforo-matriz ou fundamental, como lugar e guardião dos semióforos públicos, é a *nação*.

Sobre *nação*, a autora afirma tratar-se de uma invenção histórica recente, cujo nascimento pode ser datado por volta de 1830. Discutindo dimensões filológicas e semânticas do conceito *nação*, a autora argumenta com o historiador inglês Eric Hobsbawn para afirmar que na construção do semióforo *nação* pode-se indicar a existência de três fases distintas: de 1830 a 1880 fala-se de ‘princípio de nacionalidade’, de 1880 a 1918, de ‘idéia nacional’ e de 1918 a 1950-60, de ‘questão nacional’ (p.16). A primeira etapa vincula *nação* e território, a segunda articula *nação* com língua, religião e raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, defendida por um conjunto de lealdades políticas. A idéia de *nação* surgiu, segundo a autora, como solução de problemas do liberalismo político que precisa solucionar o problema da inclusão de “todos os habitantes do território na esfera da administração” e “obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente” (p.17). Na primeira fase, “dimensão de território, densidade populacional e expansão de fronteiras tornaram-se os princípios definidores da *nação* como Estado” (p.17), o qual necessitada de um processo de desenvolvimento, ao qual se deu o nome de ‘progresso’. Na segunda fase, de 1880 a 1918, será criada uma ‘religião cívica’, o ‘patriotismo’, que se transforma em nacionalismo, reforçado “com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada” (p.18). A partir de então, a “*nação* passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui” (p.19). A persuasão desta ‘idéia nacional’ levou à ‘questão nacional’ no sentido de marcar as celebrações cívicas com um ‘nacionalismo militante’.

Aplicando a periodização de Hobsbawn ao caso brasileiro, a autora argumenta que as duas primeiras fases correspondem à formação do que chama de ‘caráter nacional’ e a terceira, à de ‘identidade nacional’. O ‘caráter nacional’ “é uma totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma “natureza humana” determinada”, mas a ideologia da ‘identidade nacional’ precisa ser concebida “como harmonia e/ou tensão entre o plano individual e o social e também como harmonia e/ou tensão no interior do próprio social” (p.26), apelando para a ‘consciência individual’, ‘consciência social’ e ‘consciência nacional’. “O apelo da “identidade nacional” à consciência opera um deslizamento de grande envergadura, escorregando da consciência de classe para a consciência nacional” (p.26).

A idéia de um ‘caráter nacional’ concebe a *nação* como uma grandeza totalizada, enquanto que a idéia de ‘identidade nacional’ se constroi como “totalidade incompleta e lacunar”, porque pressupõe a “relação com o diferente” (p.27). “É pela imagem do desenvolvimento completo do outro que a nossa “identidade”, definida como subdesenvolvida, surge lacunar e feita de faltas e privações” (p.27). “Assim, a identidade do Brasil, construída na perspectiva do atraso ou do subdesenvolvimento, é dada pelo que lhe falta, pela privação daquelas características que o fariam pleno e completo, isto é, desenvolvido” (p.28).

Para terminar o capítulo, a autora discute as celebrações dos ‘500 anos’ como um “semióforo historicamente produzido”; tratar-se-ia de uma “entidade mítica”, uma “reatualização de nosso mito fundador” (p.29). Nesta parte, a autora também indica também para a necessidade de distinção entre o lugar da *nação* nas elaborações de 1830 a 1980 e um novo lugar nas representações sócio-políticas no cenário brasileiro a partir de 1980.

O terceiro capítulo está dedicado ao “verdeamarelismo”. Inicia lembrando aspectos do imaginário das cores da bandeira do Brasil ensinados nos tempos da ‘educação moral e cívica’ indo até o canto de vitória da Copa do mundo de 1970 “Pra frente Brasil ...”. A autora afirma que, em 1958, quando o Brasil ganhou a copa, a situação política era marcada pela idéia desenvolvimentista, sob Juscelino, e que, em 1970, sob a ditadura militar, a vitória foi “identificada com a ação do Estado e se transformou em festa cívica” (p.32), fazendo aflorar as cores nacionais no desfraldamento ostensivo da bandeira brasileira.

O ‘verdeamarelismo’ é, segundo a autora, uma elaboração que se dá no curso de anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do “país essencialmente agrário”, coincidindo com o período em que o “princípio de nacionalidade” era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica (p.32). O Brasil nunca foi uma colônia de povoamento, mas desde suas origens foi afirmada como “colônia de exploração”, ajustada a necessidades econômicas do sistema da metrópole. Qualquer pensamento de ‘progresso’ dentro desta geopolítica mundial era entendida pelas elites brasileiras como

“avanço das atividades agrárias extrativas” regionais (p.34) e os resultados econômicos desses esforços não eram transformados em investimentos, mas ostentados em consumo de luxo, obviamente pela elite.

Um breve hiato dentro da ideologia do verdeamarelismo, segundo a autora, é constituído na década de 1920 a 1930, caracterizada pelo Modernismo, e em que se processa o primeiro momento de industrialização do Brasil, em São Paulo. A autora, no entanto, lembra oportunamente que também o grupo modernista “criará o verdeamarelismo como movimento cultural e político e dele sairá tanto o apoio ao nacionalismo da ditadura de Vargas (...) como a versão brasileira do facismo, a Ação Integralista Brasileira” (p.35). Outro intento de superar ou afastar o verdeamarelismo está vinculado com um projeto de ‘nacionalismo desenvolvimentista’, forjado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Isso se dá no momento em que se processa no Brasil a transição do ‘caráter nacional’ para a ‘identidade nacional’. Mesmo com este esforço, segundo a autora, “o verdeamarelismo permaneceu” (p.36), não sendo também superado por outros movimentos culturais como o tropicalismo, a MPB de protesto, cinema novo, etc; agora só se agregava o distintivo *made in brazil*. “Essa permanência não é casual nem espontânea, visto que a industrialização jamais se tornou o carro-chefe da economia brasileira como economia capitalista desenvolvida e independente” (p.36).

A autora sustenta, contudo, que em e com todos estes movimentos houve uma mudança na função do verdeamarelismo. Além da louvação à Natureza, agora entra em cena o ‘povo brasileiro’, que devia ser devidamente capitaneado em duas questões fundamentais: a unidade nacional e a ação civilizatória dos portugueses que introduziram a língua e a religião como fatores de unidade. Além dos grandes personagens (bandeirantes, etc.), agora também o “povo” pobre, isto é, a classe trabalhadora é colocada em cena, mas claramente no sentido de uma desarticulação de suas expressões políticas. O “verdeamarelismo, sob a ideologia da “questão nacional”, precisa incorporar a luta de classes em seu ideário, mas de modo tal que, ao admitir a existência da classe trabalhadora, possa imediatamente neutralizar os riscos da ação política dessa classe, o que é feito pela legislação trabalhista (...) e pela figura do governante como “pai dos pobres”, mas também por sua participação no “caráter nacional” (p.38). “O verdeamarelismo assegura que aqui não há lugar para luta de classes, mas somente para a cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho, sob direção e vigilância do Estado” (p.38).

A fase desenvolvimentista nos anos de 1950-60 buscou empreender uma nova superação do verdeamarelismo com o mote “a mudança da ordem dentro da ordem”, mas segundo a autora, o mesmo comparecia sob roupagem nova: “tratava-se de substituir o nacionalismo espontâneo, alienado e inautêntico por um nacionalismo crítico, consciente e autêntico, o nacional-popular, graças ao qual o setor avançado da burguesia nacional e o setor consciente do proletariado, unidos, combateriam o colonialismo e o imperialismo, realizando o desenvolvimento nacional e dando realidade ao “ser do brasileiro”, à “identidade nacional”” (p.40). Essa nova roupagem, porém, era uma “reposição verdeamarela” na época dos governos militares (1964-85), construída sobretudo pela “ideologia geopolítica do Brasil Potência 2000”, forjada pelo general Couto e Silva. A ditadura, desfraldando o verdeamarelismo, através da bandeira nacional e da repressão buscava assegurar três tarefas: a integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional. “Assim, da copa do mundo de 1958 a 1970, o verdeamarelismo, se não permaneceu intacto em todos os seus aspectos, manteve-se como representação interiorizada da população brasileira que, sem distinção de classe, credo e etnia, o conserva mesmo quando as condições reais o desmentem” (p.42).

A autora sustenta que o verdeamarelismo trabalha com uma “dualidade ambígua”. Por um lado, acentua-se Deus e Natureza como elementos constituintes do Brasil e, por outro lado, está o Estado. “Isto significa que o Brasil resulta da ação de três agentes exteriores à sociedade brasileira: os dois primeiros são não só exteriores, mas também anteriores a ela” (p.42). Mas também com relação ao Estado a autora salienta que este é entendido em geral como anterior e também exterior, haja vista que Estado é uma grandeza constituída a partir da metrópole e não construído a partir de dentro. Mesmo a República somente é entendida como uma reforma deste tipo de Estado. “Exterior à sociedade, no caso dos liberais, e anterior à nação e seu instituidor, no caso de conservadores e positivista, o Estado republicano, cuja realidade concreta ou social permanece oculta, é, portanto, percebido como, antes, era percebida a Coroa portuguesa” (p.43).

A autora termina o capítulo, dizendo que no caso da “nação brasileira” trata-se da construção de um semióforo no campo mítico, pois Deus e Natureza devem ser compreendidos na esfera mitológica. E como o próprio Estado é percebido com anterior e exterior, também com isso se opera no registro mítico. “Ideologicamente, portanto, o Estado institui a nação sobre a base da ação criadora de Deus e da Natureza. Essa ideologia, como veremos, nada mais faz do que manter vivo o mito fundador do Brasil” (p.45).

No capítulo quarto do seu livro, Marilena Chauí versa sobre as realizações feitas no sentido de sedimentar e reatualizar o mito fundador do Brasil por ocasião das comemorações do quarto centenário em 1900. O foco principal está colocado na obra de Afonso Celso *Porque me ufano do meu país*. Nesta obra, segundo a autora, o ponto de partida para o orgulho do Brasil é o ‘determinismo natural’, isto é, as

condições climáticas, aliado ao ‘determinismo moral’, isto é, os usos e costumes do povo brasileiro. A inspiração de fundo da obra é positivista e evolucionista. Por isso há um destaque para a necessidade do embranquecimento da raça, bem na sequência das recomendações do Conde Gobineau, no sentido de se poder alavancar um processo de progresso no país, haja vista que as três raças formadoras do Brasil teriam sido ‘raças inferiores’, situados no nível inicial (negros) e final (índios) do fetichismo. Diz a autora que esta obra ajudou a atualizar o mito e sedimentar o semióforo ‘Brasil’. O autor, sendo diretor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, teve como tarefa geográfica promover o reconhecimento e a enaltação dos acidentes geográficos e como tarefa histórica enaltecer os grandes homens da história. Nesta investida, Afonso Celso se baseia em duas outras obras, a do alemão Von Martius (*Como se deve escrever a história do Brasil*) e de Varnhagen (*História Geral do Brasil*). Uma tônica neste tipo de historiografia é que “não se acredita que o índio ou o negro possam ser a base de uma nação civilizada, tarefa que os historiadores do Instituto atribuíram aos portugueses e os abolicionistas atribuíram aos imigrantes europeus” (p.51).

Esta obra de Afonso Celso, diz a autora, é o “pressuposto tácito de tudo quanto se fez em matéria de civismo neste país, particularmente nas obras escolares de um Bilac ou de um Coelho Neto, ou na história do Brasil para crianças de um Viriato Correia” (p.51). O autor está interessado em demonstrar que o Brasil preenche as condições o requisito de nacionalidade: tem grandeza de território e tem densidade demográfica e unidade racial, produzida pela fusão das três raças. Para esta tipo de historiografia, a escravidão negreira é considerada um processo de imigração e lutas por liberdade e alternativas sociais como Canudos são silenciadas. Para preencher as condições do princípio de nacionalidade, bastaria assegurar que o país dispõe de um elite cultural solidamente estabelecida e, assim, poder-se-ia aguardar confiantemente nos ‘alevantados destinos’ que Deus confiou ao Brasil “as glórias a colher nele” (p.54).

No quinto capítulo é que a autora chega a discorrer e apresentar mais amplamente o *mito fundador* desde as suas premissas e pressupostos calcados em teorias medievais, da época da colonização e também modernas. Primeiro discorre rapidamente sobre a noção de ‘descoberta’, afirmando, com toda razão, que o Brasil não era uma terra à espera de ser descoberta; Brasil é uma construção que, no seu mito fundador, articula, segundo a autora, três grandes elementos: o primeiro é a “visão do paraíso”, que contempla a Natureza, o segundo, a história teológica providencial ou milenarista, e a terceira, o direito natural objetivo e subjetivo, incorporado pelo Estado. Os três elementos são discutidos mais detalhadamente no capítulo.

No primeiro tópico, *a sagração da Natureza*, a autora discute como no imaginário medieval já estava presente a idéia do ‘paraíso’, que, inclusive, em alguns mapas irlandeses do século XIV, aparecia sob o nome ‘Insulla de Brazil’ ou ‘Isola de Brazil’. As navegações, dentro do processo de expansão do capitalismo mercantilista, vieram a confirmar essa idéia utópica ou mítica e no imaginário ibérico essa ‘descoberta’ confirmaria a (re)descoberta do paraíso bíblico. “Essa ‘visão do paraíso’, o *topos* do Oriente como jardim do Éden, essa Insulla de Brazil ou Isola de Brazil, são constitutivos da produção da imagem mítica fundadora do Brasil e é ela que reencontramos na obra de Rocha Pita, que afirma explicitamente ser aqui o Paraíso Terrestre descoberto, no livro do conde Afonso Celso, nas poesias nativistas românticas, na letra do Hino Nacional, na explicação escolar da bandeira brasileira e nas poesias cívicas escolares, como as de Olavo Bilac” (p.62). “Essa produção mítica do país-jardim, ao nos lançar no seio da Natureza, lança-nos para fora do mundo da história” (p.63).

Essa projeção do Brasil-natureza produz alguns efeitos ou consequências. Uma delas tem a ver com a justificativa da escravidão no paraíso. Para isso empunha-se a teoria do direito natural objetivo, segundo o qual há relações *naturais* de comando e de subordinação. Segundo essa teoria, a subordinação dos índios é considerada “obra espontânea da Natureza”, são “escravos naturais” (p.64). A brutalidade dessa visão foi corrigida com a teoria do direito natural subjetivo, segundo o qual índios não desempenham plenamente sua condição de liberdade, submetendo-se à “servidão voluntária”, o que, contudo, foi contradito com fugas e levantes indígenas nos primeiros tempos da colonização. Com relação aos negros, tratou-se de legitimar a escravidão com a teoria da “natural afeição” para a lavoura, bem como a aplicação da teoria do “direito natural de dispor dos vencidos de guerra” (p.66). Com isso, ideologicamente estava justificada a escravidão de índios e negros no ‘paraíso’.

Essa teoria jurídica ainda foi mais ressaltada por uma interpretação teológica no sentido de que a Terra do sol ou o paraíso é um espaço disputado por Deus e pelo Diabo, e “a serpente habitava o paraíso” (p.66). A qualificação de elementos do mal em geral tendeu a ser aplicada para o interior do país, como os sertões. Isso vai desencadear uma disputa ideológica, na qual participam Euclides da Cunha, Plínio Salgado e Guimarães Rosa. O último destaca em seus escritos que, nas resistências, como em Canudos, evidencia-se um “traço superior do judaísmo”, que a autora desenvolve sob a perspectiva da profecia, chegando, assim, ao segundo ponto do capítulo.

O segundo elemento importante no mito fundador é a idéia da *sagração da história*. “O segundo elemento na produção do mito fundador vai lançar-nos na história (...), história teológica ou

providencialista” (p.70). A autora discute questões relativas à compreensão do tempo na Antiguidade, sobretudo confrontando a noção cíclica e a linear de tempo, a última mais característica do pensamento judaico-cristão. “O tempo não é repetição (cós mica) nem simples escoamento (humano), mas passagem rumo a um fim que lhe dá sentido e orienta seu sentido, sua direção” (p.71). Há, assim, a idéia de um *continuum* temporal, cujos sinais devem ser devidamente decifrados. No pensamento judaico-cristão, é a profecia que desempenha um papel importante no sentido de uma decifração do sentido do tempo e da história.

Na tarefa da construção do mito fundador do Brasil, as profecias de Joaquim de Fiori e também as elaborações do Pe. Vieira foram importantes. O primeiro ‘previu’ as navegações, a dispersão pelos quatro ventos e o ‘achamento’ de novas terras e então Deus viria para “reunir todas as nações e línguas”, o que foi interpretado como realizado nos empenhos ibéricos. Fundamento para isso eram profecia de Daniel e Isaías. O Pe. Vieira, “numa interpretação minuciosa dos grandes profetas, particularmente de Daniel e Isaías, versículo por versículo (...) demonstra que Portugal foi profetizado para realizar a obra do milênio e cumprirá a profecia danielina, instituindo o Quinto Império do Mundo” (p.76). E para “provar que Portugal é o sujeito e o objeto das grandes profecias, Vieira terá que mostrar qual o lugar do Brasil no plano de Deus. E o faz, provando que o Brasil foi profetizado por Isaías como feito português”, afirmando que “digo primeiramente que o texto de Isaías se entende do Brasil ...” (p.77). Assim, “o Brasil, achamento português, entra na história pela porta providencial, que tenderá a ser a versão da classe dominante, segundo a qual nossa história já está escrita, faltando apenas o agente que deverá concretizá-la ou completá-la no tempo” (p.78). Esse sujeito será um ‘povo heróico’, identificado com os portugueses.

Nessa identificação ideológica da classe dominante houve momentos na história brasileira em que as classes populares buscaram ser o sujeito da história. Isso acontece atrelado ao pensamento profético, adicionando o elemento do milenarismo. Isso se dará, segundo a autora, com Canudos, Pedra Bonita, Contestado, Muckers e Teologia da Libertação. Assim, “tanto na via providencial como na via profética, somos agentes da vontade de Deus e nosso tempo é o da sagração do tempo. A história é parte da teologia” (p.79).

O terceiro elemento formador do mito fundador, segundo a autora, é a *sagração do governante*. Aqui novamente a teologia vai desempenhar um papel importante, mas serão justamente elementos da Antiguidade e da Idade Média que conferirão o estatuto jurídico e ideológico para um papel autoritário e hierárquico no Brasil. Trata-se da aplicação da monarquia absolutista, que na visão da autora, surge “determinada pelo reagrupamento feudal contra o campesinato e sobredeterminada pela ascensão da burguesia urbana ou pela pressão do capital mercantil” (p.80). A expansão ultramarina desse absolutismo se utilizará de três elementos importantes: o direito romano, a burocracia de funcionários e o direito divino dos reis. Com isso se constrói no Brasil colônia um tipo de poder em que “o que apraz ao rei tem força de lei” (p.81) e este e seus designados são entendidos como acima da lei, o que, em últimos casos, determina, na atualidade, o sentimento de imunidade dos representantes políticos.

O recurso ao direito romano fará com que a terra ‘achada’ seja considerada *dominium* ou *patrimonium* do rei, o qual poderá destiná-la a donatários, o que se concretizará nas sesmarias ou capitâneas hereditárias. O recurso da teologia nesta justificativa do poder político se dá através de afirmação do direito divino, segundo o qual o poder absoluto é de Deus, que o outorga a governantes em seu lugar, e pela idéia do “corpo político místico”, segundo a qual os governantes têm duas naturezas, ou divina e outra humana. Também isso ajudará a fundamentar a compreensão do rei (governante) como acima da lei.

Essa compreensão da política e do governante determinará no Brasil uma sociedade “vertical ou hierárquica” (p.84), na qual as relações de mando-obediência e do favor serão traços característicos no cotidiano social.

Terminando este capítulo, a autora indica alguns “efeitos deixados pela sagração do poder” (p.85). Primeiramente, indica para a escolha de Tiradentes e a afirmação de seu martírio no altar da pátria. Em segundo lugar, afirma que no Brasil o mito fundador opera, em termos políticos, de parte dos dominantes, como legitimação do pretense direito natural por meio de uma rede de favores, de clientela, etc., e do lado dos dominados se projeta uma visão milenarista do governante como salvador, expressando-se ainda em uma sacralização-satanização da política. Em terceiro lugar, a autora aponta para a prática da representação política no Brasil, em grande medida expressa através do populismo, no qual a figura do governante se mistura (é misturada) com a do poder público, gerando, no poder, uma teia de relações pessoais, de clientelismo, de paternalismo, etc.

No capítulo final, a autora lança a pergunta *comemorar?* Com isso está fazendo menção direta ao objetivo e ao contraponto histórico do livro, qual seja a reatualização do semióforo Brasil nas comemorações dos ‘500 anos’. Sustenta a autora, com razão, que no Brasil uma “estrutura hierárquica do espaço social (...) determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos” (p.89). Ela defende, também com razão, que não é o Estado brasileiro que volta e meia é

atacado de autoritarismo, mas a própria base e forma de pensamento da sociedade o é a partir dos elementos constituintes do seu mito fundador.

A autora destaca alguns traços marcantes dessa sociedade autoritária. Primeiramente diz que no Brasil “as divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (...) e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como perversão ou monstruosidade (...) Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais” (p.90). Em segundo lugar, indica para o dado de que, sendo estruturada em relações privadas, fundada no mando-obediência, a lei é entendida como privilégio para os dominantes e repressão para os dominados, provocando uma “recusa tácita (...) de operar com os direitos civis e a dificuldade em lutar por direitos substantivos” (p.90). Em terceiro lugar, a autora afirma que a indistinção entre o público e privado não é falha ou atraso, mas sua origem é histórica, tendo no sistema das doações a sua gênese e fazendo com que os dominantes administrem o público com a marca do poder privado. Como quarta marca social, a autora indica para o fato de os trabalhos ideológicos sobre “caráter nacional” e “identidade nacional” fazerem com que sejamos um “formação social que desenvolve ações e imagens com força suficiente para bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem da boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira” (p.91). Como quinta marca, a autora indica para a “cultura senhorial” que faz com que nossa sociedade tenha “fascínio pelos signos de prestígio e de poder, como se depreende do uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição” (p.92). Uma série de outras buscas de exibição de *status* inscrevem-se aqui, tais como a manutenção de empregada doméstica, etc. Com isso, as marcas da desigualdade social são registradas no imaginário dominante como relativas à ignorância ou incapacidade. Isso marca o Brasil com um sociedade “polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes” (p.93). O autoritarismo social também é responsável pelo fato de, em boa medida, os partidos políticos serem organizados como *clubs privés* das oligarquias, que arregimentam a classe média, influenciando a classe pobre para garantir a manutenção de seus privilégios. As palavras ‘ordem’ e ‘progresso’ marcam, assim, expressões desse autoritarismo, na medida em que são grandezas marcadas a partir dos dominantes. A autora ainda discorre rapidamente sobre duas contribuições recentes. O neoliberalismo que provoca a acumulação cada vez maior da riqueza. A social democracia, com ênfase na ‘terceira via’, procura promover reformas a partir do imaginário político do centro, com ênfase em economia mista, como condição para a governabilidade. Mas, nisso, não se tematiza de modo profundo a relação entre desigualdade econômica e exclusão. Isso leva à constatação de um fatalismo econômico e político que afirma que a igualdade econômica, ou justiça social, é impossível e a liberdade política ou a cidadania democrática, estão descartadas. A autora termina o livro com a afirmação categórica: “como se vê não há o que comemorar” (p.95).

Diante da leitura de uma obra crítica e profunda, como não poderia ser diferente em se tratando de Marilena Chauí como autora, fica a pergunta sobre o que a cidadania popular que conduziu as utopias sociais ao poder com a eleição de Lula poderá promover de transformações sociais profundas na realidade social. Esperemos que a aparente opção pela ‘terceira via’, numa busca de equilíbrio entre o econômico e o social, não desague na frustração das expectativas populares por mudança, nem mantenha o povo numa postura ‘milenerista’, esperando tudo do governo. Isso poderia fazer do atual governo um episódio ou hiato na estrutura autoritária do país, inscrevendo estes anos entre outros intentos de ruptura dessa mesma estrutura autoritária. Somente uma cidadania ativa poderá dar o respaldo necessário para transformações sociais desejadas e necessárias.

Haroldo Reimer